



# Atualização

## março de 2017

### Grupo de Trabalho das ONGs sobre Mineração Levanta a Questão da Grilagem de Terras e de Água



Como sempre, houve vários eventos paralelos espetaculares, patrocinados pela comunidade de ONGs na Comissão sobre Desenvolvimento Social (CSocD) deste ano. Na condição de membro do Grupo de Trabalho das ONGs sobre Mineração, a UNANIMA esteve conectada a esse evento paralelo, que enquadrou a proteção

territorial e hídrica como estratégia para a erradicação da pobreza. Boa parte da discussão centrou-se no impacto negativo da mineração e da grilagem de terras de comunidades indígenas para fins lucrativos, o mesmo tema da intervenção escrita da UNANIMA, submetida a esta CSocD. O primeiro palestrante, Padre Nicolas Barlas (para a direita), falou sobre as suas experiências no ministério como ativista comunitário e organizador em áreas rurais da Índia, onde ocorre a mineração de bauxita e de outros minerais. Segundo Padre Barla, essas populações são frequentemente desalojadas em massa pela atividade minerária que destrói suas propriedades. A maioria das pessoas afetadas não recebe qualquer auxílio ou recompensa das corporações que realizam a mineração ou do governo que as autorizou a minerarem. Deste modo, elas são deixadas com pouco ou nenhum recurso monetário ou natural com os quais se manter. Além disso, essas populações perdem sua dignidade, idioma e identidade quando são forçadas a se mudar para uma nova região. Assim, as "populações indígenas são vítimas do 'desenvolvimento'". Em uma reunião com representantes religiosos na ONU na semana seguinte, Padre Barla ofereceu uma perspectiva adicional, adquirida a partir de sua experiência de organização em comunidades indígenas. É crucial, afirmou ele, que os religiosos não apenas prossigam e simpatizem com a luta das pessoas a quem servem, mas que se *unam* aos seus movimentos.



O evento também proporcionou aos participantes uma oportunidade de compreender por que atividades industriais devastadoras como aquelas descritas por Padre Barla têm



permissão para continuar, e por que, tantas e tantas vezes, são as responsáveis pelos maiores danos nas regiões mais pobres do mundo. Christina Hioureas (para a esquerda), palestrante especialista, que trabalha como assessora jurídica para os estados membros da ONU, entidades privadas e disputas individuais e internacionais, explicou que os tratados de investimento entre nações muitas vezes impedem que governos nacionais protejam seus recursos naturais, uma vez que estes tratados proibem que os governos regulem as corporações no interesse do bem comum. A maioria dos tratados de investimento

internacional em vigor atualmente foi desenvolvida na década de 1990. Geralmente, eles foram elaborados por nações ricas e firmados por aquelas de baixa renda, que buscavam promover o desenvolvimento econômico e a geração de empregos em seus países. Os líderes dos países de baixa renda não compreenderam ou previram que a redação desses tratados seria expandida e manipulada de modo a levá-los a batalhas legais caras com corporações multinacionais que os processariam em milhões ou bilhões de dólares. Hioureas explicou que existem diversas reivindicações que as corporações podem mover contra um governo que tente priorizar seus próprios recursos ou povo em relação aos interesses financeiros das empresas. As corporações podem processar um governo que decida impor novas regulações para a indústria ou que se recuse a renovar a autorização de operação da corporação após se tornar ciente dos efeitos danosos sobre o ecossistema ou comunidade provocados pelo projeto. Elas também podem processar os governos por não dissipar manifestações públicas que inibam suas operações. Assim, o investimento estrangeiro frequentemente tem perpetuado ou aprofundado a pobreza em nações de baixa renda ao invés de aliviá-la. Felizmente, Hioureas também ofereceu algumas soluções para esta difícil situação. Os estados podem conduzir uma revisão legal de qualquer tratado do qual são parte e tentar encerrá-lo ou renegociá-lo. Eles também podem retrabalhar suas leis nacionais e contratos futuros com investidores de modo a diminuir sua vulnerabilidade frente a ações legais movidas por investidores. Ela também estimulou os cidadãos a se envolverem no processo, encorajando seus próprios governos a firmarem a Convenção de Maurício (explicada aqui nos seis idiomas da ONU:

[http://www.uncitral.org/uncitral/en/uncitral\\_texts/arbitration/2014Transparency\\_Convention.html](http://www.uncitral.org/uncitral/en/uncitral_texts/arbitration/2014Transparency_Convention.html)), que possibilita maior transparência na solução de conflitos entre investidor-estado, permitindo que sejam registrados e tornados públicos. Qualquer pessoa interessada em acompanhar disputas pendentes, ou possivelmente se envolver submentendo um "amicus curiae", pode conhecer os casos abertos pesquisando o banco de dados do Banco Mundial com resoluções de conflitos entre estados-investidores (disponível em inglês, espanhol e francês):

<https://icsid.worldbank.org/en/Pages/cases/AdvancedSearch.aspx>

Uma gravação em vídeo do evento completo está disponível aqui:

<https://www.youtube.com/watch?v=Q9kWPxQtBsQ>.

## CSD 2017: A Visão Geral De Uma Veterana

Por Renaude Grégoire, Escritório de Justiça Social - Irmãs de Santa Ana



Desde 2011, todos os anos em fevereiro eu participo da Comissão para o Desenvolvimento Social. A comissão reúne estados membros, agências da ONU e organizações da sociedade civil para fortalecer o pilar social do desenvolvimento sustentável.

A comissão é precedida pelo Fórum da Sociedade Civil, no qual delegados de ONGs intercambiam suas perspectivas sobre um tema principal, e adotam a declaração a ser

apresentada na primeira sessão da Comissão para o Desenvolvimento Social.

A seguir, um elemento fundamental da Declaração de 2017:

*A proteção social é uma estratégia comprovadamente bem-sucedida para reduzir todas as formas de pobreza. Estudos na África e Ásia, por exemplo, indicaram que esquemas de transferência de dinheiro demonstram resultados muito mais rápidos na redução da pobreza do que aqueles esperados como resultado de políticas econômicas baseadas na teoria do gotejamento. De modo inverso, os estudos mostram que o risco de cair na pobreza é muito alto onde não existem pisos de proteção social. Isto ilustra a capacidade das políticas de proteção social como ferramentas para a prevenção da pobreza. Também guardam a promessa de recorrer a uma ampla gama de talentos e conjunto de habilidades de todas as pessoas, especialmente daquelas que sofrem marginalização. Conforme as pessoas têm oportunidades, a capacidade para o desenvolvimento se eleva na sociedade, gerando novas ocasiões favoráveis à cooperação e à colaboração.*

Por que é importante estar nesta comissão? Como um delegado colocou tão bem, "viemos aqui para dizer aos nossos governos o que estamos fazendo (pela proteção social e pela erradicação da pobreza) e para pedir-lhes que façam mais".

O tema principal da 55ª Comissão para o Desenvolvimento Social foi: Estratégias para Erradicar a Pobreza e Realizar o Desenvolvimento Sustentável para Todos. O programa da comissão incluía a revisão de programas e planos para a juventude, pessoas com deficiências, idosos e famílias. Uma questão emergente também foi abordada: a erradicação da pobreza e a juventude na Agenda 2030.

Adicionalmente, houveram ao menos 57 eventos paralelos, incluindo o Resumo Matinal para a Sociedade Civil. Exemplos de boas práticas, inovações e programas promissores

alimentaram nossos intercâmbios e diálogos para desenvolver políticas alinhadas com a Agenda 2030.

Neste ano, fiquei impressionada com a participação de jovens, quer em delegações de estados membros da Comissão para o Desenvolvimento Social, quer em organizações da sociedade civil. Um jovem apontou que a prosperidade (tal como refletida nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) é diferente de crescimento econômico.

Caso um aspecto importante das campanhas de defesa seja adotado, eu proporia que as proteções sociais devem ser asseguradas em todos os estágios da vida, já que todos os cidadãos necessitam da garantia de que as proteções sociais estarão efetivas durante suas vidas todas.

### **Minha Primeira Visita à ONU**

Por Regina O'Connor, Escritório de Interesses Sociais - Irmãs de Santa Ana, Província de St. Marie.

Eu sou novata no cargo de Coordenadora para Interesses Sociais da Província de St. Marie das Irmãs de Santa Ana. Tive que aprender sobre várias áreas novas neste cargo ou, pelo menos, ver algumas áreas a partir de uma nova perspectiva. No final de janeiro, passei uma semana nas Nações Unidas como representante da UNANIMA International durante a 55ª Sessão da Comissão para o Desenvolvimento Social. Participar dos dois dias do Fórum da Sociedade Civil, com ênfase na proteção social, incluindo pisos: uma estratégia proeminente para erradicar a pobreza e realizar o desenvolvimento social para todos, seguido de três dias da Assembleia Geral e dos eventos paralelos foi, ao mesmo tempo, energizante, emocionante e revelador. Eu tive o privilégio de contar com a orientação de diversas representantes da UNANIMA durante a experiência, começando com Renaude Grégoire, a coordenadora da Rede de Justiça Social SSA. Segunda-feira começou com uma introdução muito útil feita pelos coordenadores do Fórum e, depois disso, estávamos prontas e em ação.



Passei os últimos seis meses aprendendo sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mas a experiência na ONU me forneceu uma compreensão muito mais profunda sobre a importância do nosso trabalho na frente de desenvolvimento

social. Lentamente, ao longo da semana, comecei a entender a magnitude e o significado dos ODS, de cima para baixo e de baixo para cima. O trabalho dos formuladores de políticas nos estados membros impacta diretamente o trabalho realizado pelas ONGs em campo com as pessoas, e as experiências de quem atua nas ONGs deve servir de orientação para quem estabelece as políticas em nossos vilarejos e cidades e para as agências governamentais nacionais. O fórum e a comissão trabalham para criar um espaço para o diálogo e cooperação entre sociedade civil, estados membros e as Nações Unidas. Embora este discurso não seja perfeito, foi notável vê-lo em ação. Houve um protesto silencioso das ONGs durante a primeira Assembleia Geral porque elas sentiram que não lhes foi concedido espaço suficiente para compartilhar suas opiniões e perguntas. A Assembleia Geral respondeu procurando criar mais espaço para esse diálogo. Este dar e receber continua a se desenvolver.

O Fórum da Sociedade Civil submeteu recomendações de políticas a serem incluídas na declaração que fossem claras e robustas na apresentação de suas vozes para a Assembleia Geral na comissão do ano que vem. A comissão deste ano examinou as resoluções para a erradicação da pobreza para o Desenvolvimento Africano, de Jovens e de Pessoas com Deficiências. Houve debates de alto nível, animados e informativos sobre o trabalho dos estados membros em cada uma dessas áreas. Contudo, para mim, a parte mais significativa da semana, além do Fórum da Sociedade Civil, foram os eventos paralelos. Houve oficinas patrocinadas por várias ONGs e por estados membros sobre áreas muito específicas para a erradicação da pobreza. Nesses encontros, ouvimos diretamente de especialistas na área sendo discutida, por exemplo, sobre a promoção do acesso igualitário aos recursos de saúde mental para todas as idades. Houve uma discussão genuína sobre o que estava e o que não estava funcionando nos estados membros, e os desafios para se avançar no melhor entendimento da questão e de seu impacto sobre a erradicação da pobreza, os custos de tais programas dos pontos de vista financeiro, de prazo e de talento, e as estratégias para o que pode ser alcançado agora.

Em suma, eu sai dessa semana com uma compreensão muito melhor dos ODS e do impacto que deveriam ter sobre as formulações de políticas nos nossos governos, do cenário local ao nacional. Houve histórias de êxito que dão esperança ao processo e que me proporcionaram o impulso para examinar como meu governo local está respondendo a esses objetivos. Também sai com uma compreensão muito melhor acerca da importância de que todas as medidas, a partir das políticas, sejam tomadas quando se solicita a participação global. Houve muita discussão sobre o que significa cidadania global atualmente e, pessoalmente, sobre o desafio de ser uma cidadã do Reino de Deus em nossa Terra. A experiência já teve um impacto em meu trabalho na província de singelas maneiras intencionais. Espero acompanhar esta comissão específica no futuro.

## Da Missão em Movimentos de Base à Sede da ONU

Por Marita Nolasco Capili, SP



Meu nome é Marita Nolasco Capili, SP, e sou integrante da Congregação das Irmãs da Providência. Estou em missão em El Salvador há dois anos e sirvo como presidente e administradora do programa de bolsas na região de Bajo Lempa, no departamento de Usulután. A principal missão/ministério da Associação das Irmãs da Providência em El Salvador é apoiar e facilitar a educação e formação da juventude e de jovens adultos através do Programa de Bolsas da Providência.

Foi muito providencial para mim participar, como observadora, da 55ª Sessão da Comissão para o Desenvolvimento Social das Nações Unidas, que aconteceu na cidade de Nova York, de 1º a 10 de fevereiro de 2017. Minha gratidão à equipe na liderança da Província de Mãe Joseph das Irmãs da

Providência. Fiquei cativada com o tema: "Estratégias para erradicar a pobreza e realizar o desenvolvimento sustentável para todos", intrigada e também inspirada ao conhecer a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A grande interrogação para mim foi: como poderia ser possível realizar os 17 objetivos para erradicar todas as formas de pobreza até 2030, especialmente os desafios imensos que nosso mundo enfrenta atualmente?

Eu vim à Nova York com muitas perguntas e com a curiosidade e abertura para aprender algo novo. Ao entrar no edifício das Nações Unidas pela primeira vez, senti-me privilegiada por estar cercada de pessoas de diferentes países e culturas. A ONU é o lar para todas as nações e um local de sonhos e esperanças e de solidariedade global. Eu ouvi a troca aberta e o diálogo de ideias expressas por representantes de diversos países, todos eles falando sobre seus progressos e desafios, as causas profundas de sua pobreza e seus planos de ação. Enquanto eu ouvia, vi e senti uma esperança global, especialmente para aquelas pessoas que estão "em campo", "cara a cara" com a realidade de diferentes formas de pobreza.

O que aprendi com essa experiência? Eu retornei com "boas notícias"; a manifestação do corpo de Cristo. Também compartilhei minha experiência com aqueles à minha volta e os reconheci e encorajei em sua contribuição vital à Agenda 2030 das Nações Unidas.

Em nossa reunião mensal de bolsas, compartilhei minha experiência nas Nações Unidas com nossos 80 alunos e facilitei um diálogo com eles sobre o tema da sessão da ONU da qual participei. Encontrei um vídeo no YOUTUBE em espanhol sobre a Agenda 2030

para o Desenvolvimento Sustentável, que me ajudou a transmitir a mensagem e a urgência deste movimento global para a juventude salvadorenha.

Em nosso programa de bolsas, cada aluno participa de um projeto comunitário como proteção ambiental, ministério pastoral, atividades esportivas com crianças, tutoria de crianças com leitura e escrita e aulas de alfabetização para idosos, assim como oferecendo-lhes outros serviços.

Conforme examinamos as estratégias das Nações Unidas para a erradicação da pobreza e a realização do desenvolvimento sustentável, pudemos reconhecer o nosso compartilhamento nesta agenda da ONU com nossos projetos de "Amor Solidário" do Programa de Bolsas da Providência.

Meu período nas Nações Unidas também me ajudou a me tornar mais consciente da importância de reunir, avaliar e compartilhar dados sobre nossas realidades socioeconômicas. Esses dados nos permitem interpretar os sinais de nossos tempos e as necessidades de nossos irmãos e irmãs. A boa coleta, avaliação e compartilhamento dos dados avaliados é uma ferramenta importante que pode nos ajudar a identificar quem e por que alguns são deixados para trás e, então, criarmos estratégias de como chegar aos que estão mais atrás. No início, comentei que os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são muito ambiciosos, mas no final da minha estadia em Nova York, percebi que podemos ser muito ambiciosos na colaboração com a visão de Deus para a humanidade e toda a criação. Podemos fazer tudo o que for possível e deixar que a providência divina faça o impossível.

Qual é o próximo passo para mim? Com a ajuda da minha comunidade da Providência, gostaria de continuar a me envolver com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e da UNANIMA. Primeiramente, me candidatarei a um estágio com a UNANIMA. Acredio que ele me ajudará a ampliar meu conhecimento e a expandir minha visão de mundo. Em segundo lugar, começar a conhecer as três congregações religiosas que são integrantes da UNANIMA e que estão em El Salvador.

**Após uma Breve Vitória para os Defensores da Água, o Oleoduto Dakota Access Prossegue**

Um claro exemplo de grilagem de terra e água discutido no evento do Grupo de Trabalhos sobre Mineração na CSocD55 (artigo acima) está atualmente sendo executado nos Estados Unidos. Há quase um ano, defensores indígenas das águas e seus aliados mantêm um acampamento que serviu

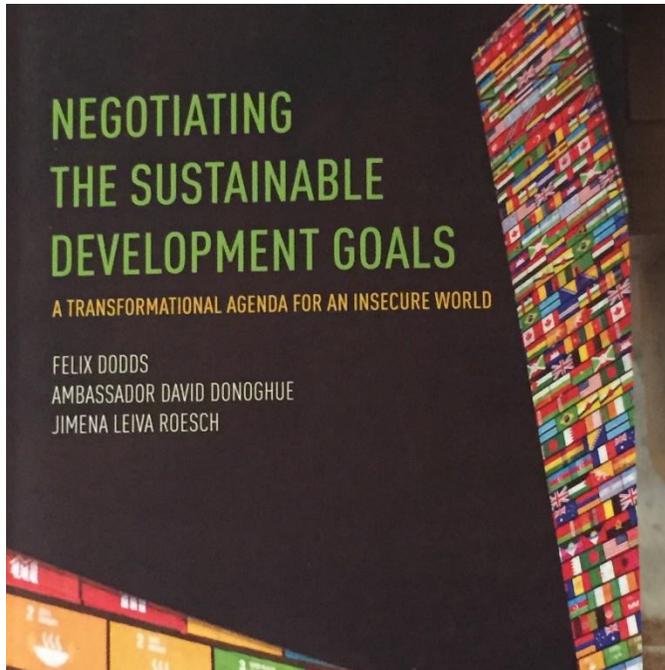


como obstrução física à construção de um oleoduto atravessando as terras que abrigam um cemitério sagrado e pertencentes ao povo Sioux de Standing Rock. Após meses acampando no local de construção do oleoduto proposto e desgastando diversas ondas de agressão e intimidação do aparato militar dos EUA, os defensores da água desfrutaram um momento de vitória em dezembro. O então presidente Barack Obama ordenou que a construção do oleoduto fosse suspensa até a realização de uma avaliação de impacto ambiental. No início de fevereiro, contudo, a nova administração federal reverteu essa decisão e ordenou que a construção do oleoduto fosse imediatamente reiniciada. A UNANIMA lamenta e se posiciona em solidariedade aos Sioux de Standing Rock na esteira desse resultado devastador. Também celebramos o espírito corajoso desta manifestação e prometemos levá-lo conosco aos muitos cantos do mundo nos quais nossas integrantes se levantam pelos direitos do planeta. Quem estiver buscando inspiração ou uma maneira de entender o espírito do movimento de Standing Rock, liderado pela juventude indígena, poderá encontrá-las neste videoclip:

[https://m.youtube.com/watch?v=Onyk7guvHK8&ebc=ANyPxKpub-059e4djdWtEojk8IOI8n4pBrEgqDSJbjoZ6T5jwcHd\\_83tpRtbrj36THD2bmjHx5tC1nG-F8eWaFfL37Ei305QRw](https://m.youtube.com/watch?v=Onyk7guvHK8&ebc=ANyPxKpub-059e4djdWtEojk8IOI8n4pBrEgqDSJbjoZ6T5jwcHd_83tpRtbrj36THD2bmjHx5tC1nG-F8eWaFfL37Ei305QRw).

## **Um Tempo de Mudança**

Por Colleen Jackson, RSC (estagiária da UNANIMA International)



Estas últimas semanas na UNANIMA e na ONU destacaram contrastes crescentes para mim entre as aspirações da ONU em direção a um mundo mais inclusivo, cooperativo e justo, e o aumento de políticas xenófobas, não participatórias e excludentes ao redor do mundo. A Agenda 2030 da ONU de "deixar ninguém para trás" tem permeado todos os fóruns, sessões introdutórias e eventos de ONGs dos quais participo - sobre migração, direitos indígenas, terra, água, oceanos, parcerias interconfessionais, empoderamento de mulheres, o papel da juventude na erradicação da pobreza, cidadania global, para mencionar alguns.

Prosseguir como de costume ou a postura do "business as usual" representará riscos enormes para o nosso planeta e seus povos. Nós temos de mudar nossas atitudes. Com frequência, aqui se diz "não é possível um Plano B - simplesmente porque não há Planeta B". Confrontar a mudança é um enorme desafio à fé e à ação - tomar medidas tangíveis para a criação de uma visão factível, robusta e realista do que significa ser humano... e em nosso contexto na UNANIMA, mulheres do Evangelho. Embora a tarefa adiante pareça, às vezes, desanimadora, inspiro-me no trabalho de base das centenas de ONGs ativas aqui na ONU - não menos importantes que a UNANIMA e outros grupos confessionais.

"O passado, nosso berço, não nossa prisão;  
há perigo assim como atração em seu glamour.  
O passado serve para inspirar, não para ser imitado,  
para a continuação, não a repetição." (Israel Zangwill)

"(Alguns) com a desculpa de realismo e pragmatismo, tendem a ridicularizar expressões de preocupação pelo meio ambiente. Outros ficam passivos; escolhem não modificar seus hábitos e assim se tornam inconsistentes. Portanto, o que todos eles necessitam é de uma "conversão ecológica", pela qual os efeitos de seu encontro com Jesus Cristo se tornem evidentes em sua relação com o mundo ao seu redor. Viver nossa vocação para sermos protetoras do trabalho manual de Deus é essencial para uma vida de virtude; não se trata de um aspecto opcional ou secundário de nossa experiência cristã". (LS 217)

## **Comitê sobre Migração Responde à Proibição de Refugiados e Muçulmanos nos EUA**

Logo após iniciar um programa de reassentamento de refugiados na década de 1980, os



Estados Unidos se estabeleceram como líder no reassentamento de refugiados. Embora os requerentes de refúgio devam enfrentar um árduo processo de triagem durante dois anos antes de serem encaminhados para reassentamento nos EUA, as estatísticas mais recentes indicam que, de fato, os EUA aceitam dois terços dos refugiados do mundo encaminhados para reassentamento. Por esta razão, a ordem executiva do governo americano no final de janeiro, que suspendeu seu programa de reassentamento, criou uma onda de profunda preocupação, que rapidamente impeliu defensores em todo

os EUA e pelo mundo a protestarem contra a decisão. Na ONU, o Comitê de ONGs sobre Migração pôs-se a trabalhar redigindo uma carta de apoio a migrantes e refugiados que se encontram nos EUA ou que lá pretendem entrar. A carta descreveu o desmedido trauma físico, psicológico, social e econômico que esta súbita e importante mudança política causava e prolongava para algumas das populações mais vulneráveis do mundo. Ela também abordou o fato de que a segunda parte da ordem executiva, um pedido de suspensão de vistos dos EUA para todos os detentores de passaportes de sete nações majoritariamente muçulmanas, é uma proibição de muçulmanos vagamente disfarçada e uma ultrajante violação do direito à liberdade religiosa. A carta foi assinada por 75 ONGs credenciadas na ONU e enviada ao representante permanente na ONU de cada estado membro, ao presidente da Assembleia Geral da ONU, aos diretores das agências da ONU responsáveis por refugiados e direitos humanos, e ao secretário geral da ONU. Ela os conclamava a denunciar esta mudança na política e a resistir a iniciativas similares em suas respectivas administrações.

Devido a uma série de apelos movidos judicialmente por diversas cortes inferiores nos EUA, a ordem executiva está suspensa por enquanto. Desde então, contudo, o executivo dos EUA emitiu uma nova série de ordens que são mais complexas e cujas implicações não são facilmente minimizadas como a ordem original. O Comitê de ONGs sobre Migração se articulou com profissionais das áreas de política de imigração e lei de imigração para assistir nossa comunidade de defesa de migrantes no entendimento dessas novas políticas em nossa próxima reunião no comitê. Depois dela, estaremos melhor equipadas para formular um plano de ação adequado aos últimos acontecimentos no cenário da política de migração.

### **Flash de Notícias**

- Marie Chiodo, **DW** com AnneMarie Gardiner **SSND** participaram juntamente com outras 550.000 da Marcha das Mulheres em Washington para expressar preocupações compartilhadas pelos direitos humanos e questões sobre a Terra e imigrantes. Também na foto estão três mulheres de Bahrain, que estão aqui para um semestre de estudo e para ver como a democracia funciona quando as pessoas podem se reunir e falar para as autoridades. Havia pessoas de todas as etnias em testemunho à unidade e esperança para o mundo neste movimento pelo bem comum.



- Religiosas que trabalham no Leste da RDC estão convidadas a participar de uma oficina de seis dias em Goma, com início em 2 de abril de 2017. A oficina focará no tema "Prevenção pastoral e resposta pastoral, compassiva e espiritual aos desafios das vítimas que sofrem de abuso sexual em áreas de conflito". Ela será realizada pela embaixada do Reino Unido, Santa Sé, UISG, USG e pela Comissão JPIC. Entre em contato com Jean ([director@unanima-international.org](mailto:director@unanima-international.org)) para mais detalhes.
- Um curso online de cinco semanas em inglês sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável começará em maio de 2017. O curso abordará os três pilares do desenvolvimento sustentável; as conexões entre mudança climática, fronteiras planetárias, inclusão social e direitos humanos; a visão e os princípios da Agenda 2030 da ONU; o plano para monitorar e avaliar a implementação dos ODS. As interessadas em participar devem se inscrever até 24 de abril de 2017. Mais detalhes e formulários de inscrição estão disponíveis aqui: <http://www.unssc.org/courses/foundational-course-2030-agenda-sustainable-development-o/>